

América Latina em Movimento Colonialismo e Agroenergia

“Poderíamos construir projetos para países pobres não verem nos países ricos apenas países exploradores”. Essa proposta feita pelo presidente Lula durante a visita de Bush ao Brasil, no dia 9 de março, sintetiza o principal objetivo do encontro—melhorar a imagem do governo estadunidense na América latina.

Para isso, agenda oficial da viagem de Bush ao Brasil utilizou a agroenergia como tema central. “Todos nós nos sentimos na obrigação de sermos bons cuidadores do meio ambiente”, afirmou Bush em seu discurso oficial. E Lula acrescentou “Queremos ver as biomassas gerarem desenvolvimento sustentável na América do Sul, na América Central, no Caribe e na África”. O Brasil e os estados Unidos são responsáveis por 70% da produção de etanol no mercado mundial.

Sob o pretexto de contribuir para o “bem da Humanidade” (frase utilizada por Lula em seu discurso), o encontro representou, na verdade, uma estratégia de marketing para Bush, para transnacionais que pretendem lucrar com agroenergia e para os usineiros no Brasil, acusados historicamente de violar direitos trabalhistas e destruir o meio ambiente. Dias depois, Lula afirmou que os usineiros são “heróis nacionais e mundiais”.

Maria Luísa Mendonça

Membro da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.

Marluce Melo

Membro da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Abstract: *Energy is one of the crucial issues of the present and for the future. Ethanol is the new name of the game, and Brazil is one of the principle producers in the world. This then becomes a geopolitical issue, not only a matter of production and exportation. The authors of this article present a critical vision of what is involved.*

O principal resultado do encontro entre os dois presidentes foi a assinatura de um memorando de intenções para estimular a produção de etanol em diversos países. Segundo o subsecretário de Assuntos Políticos do Departamento de Estado dos EUA, Nicholas Burns, essa parceria pode significar uma “revolução mundial”.

Apesar do esforço dos dois governos para tornar o encontro bem sucedido, a medida considerada mais importante por Lula e pelos usineiros durante a visita de Bush, que era a suspensão da sobretaxa de importação do etanol brasileiro nos Estados Unidos, não foi atendida. A idéia é levar o tema para o âmbito da OMC (Organização Mundial do Comércio). Nesse sentido, Lula propôs que Brasil e Estados Unidos chegassem a um acordo para retomar as negociações da Rodada de Doha na OMC. Há especulações de que o Brasil estaria negociando um acordo a qualquer preço, inclusive para influenciar outros países a fazerem o mesmo.

Para Bush, os objetivos são claros: melhorar sua imagem junto à opinião pública internacional, já que os Estados Unidos são responsáveis por 25% da poluição atmosférica do mundo e, principalmente, contrapor a influência de países latinoamericanos onde existe forte sentimento antiimperialista, como Cuba, Venezuela, Bolívia e Equador.

Porém, além de enfrentar protestos e ter que montar esquemas de segurança jamais vistos na história (na cidade de São Paulo foram interditados 35 km durante a visita), a viagem de Bush à América Latina foi ofuscada pela gira simultânea de Hugo Chávez na região. Por onde passou, o presidente Chavez foi recebido com grandes comícios e manifestações de apoio. Na Argentina, falando para um público de cerca de 40 mil pessoas, afirmou que “é loucura utilizar as boas terras e as águas doces que nos restam para alimentar os veículos do Norte”.

O governo dos Estados Unidos oferece incentivos fiscais para que suas indústrias aumentem o percentual de óleo vegetal no diesel comum. Porém, seria necessário utilizar 121% de toda a área agrícola dos EUA para substituir a demanda atual de combustíveis fósseis naquele país.

Neste contexto, o papel do Brasil seria fornecer energia barata para países ricos, o que representa uma nova fase da colonização. As atuais políticas para o setor são sustentadas nos mesmos

elementos que marcaram a colonização brasileira: apropriação de território, de bens naturais e de trabalho, o que representa maior concentração de terra, água, renda e poder.

O falso conceito de energia “limpa e renovável”

É preciso desmistificar a propaganda sobre os supostos benefícios dos agrocombustíveis. O conceito de energia “limpa” e “renovável” deve ser discutido a partir de uma visão mais ampla que considere os efeitos negativos destas fontes. No caso do etanol o cultivo e o processamento da cana poluem o solo e as fontes de água potável, pois utilizam grande quantidade de produtos químicos. Cada litro de etanol produzido consome cerca de 12 litros de água, o que representa um risco de maior escassez de fontes naturais e aquíferos.

A queimada da cana serve para facilitar a colheita, porém essa prática destrói grande parte dos microrganismos do solo, polui o ar e causa doenças respiratórias. O processamento da cana nas usinas também polui o ar através da queima do bagaço, que produz fuligem e fumaça. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais tem decretado estado de alerta na região dos canaviais em São Paulo (maior produtor de cana do país) porque as queimadas levaram a umidade relativa do ar a atingir níveis extremamente baixos, entre 13% e 15%.

No caso da soja, as estimativas mais otimistas indicam que o saldo de energia renovável produzido para cada unidade de energia fóssil gasto no cultivo é de 0,4 unidades. Isso se deve ao alto consumo de petróleo utilizado em fertilizantes e em máquinas agrícolas. Além disso, a expansão da soja tem causado enorme devastação das florestas e do cerrado no Brasil.

Mesmo assim, a soja tem sido apresentada pelo governo brasileiro como principal cultivo para agrodiesel, pelo fato do Brasil ser um dos maiores produtores do mundo. “A cultura da soja desponta como a jóia da coroa do agronegócio brasileiro. A soja pode ser considerada a cunha que permitirá a abertura de mercados de biocombustíveis”, afirmam pesquisadores da Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

O governo estima que mais de 90 milhões de hectares de terras brasileiras poderiam ser utilizadas para produzir agrocombustíveis. Somente na Amazônia, a proposta é cultivar 70 milhões de hec-

tares com dendê (óleo de palma). Este produto é conhecido como “diesel do desmatamento”. Sua produção já causou a devastação de grandes extensões de florestas na Colômbia, Equador e Indonésia. Na Malásia, maior produtor mundial de óleo de palma, 87% das florestas foram devastadas.

Além da destruição de terras agrícolas e de florestas, há outros efeitos poluidores neste processo, como a construção de infraestrutura de transporte e armazenamento, que demandam grande quantidade de energia. Seria necessário também aumentar o uso de máquinas agrícolas, de insumos (fertilizantes e agrotóxicos) e de irrigação para garantir o aumento da produção.

No Brasil, a expansão de monoculturas para a produção de agrocombustíveis deve ampliar a grilagem de grandes áreas de terras públicas pelas empresas produtoras de soja, além de “legalizar” as grilagens já existentes. O ciclo da grilagem no Brasil costuma começar com o desmatamento, utilizando-se de trabalho escravo, depois vem a pecuária e a produção de soja. Atualmente, com a expansão da produção de etanol, este ciclo se completa com a monocultura da cana. Estas terras poderiam ser utilizadas na reforma agrária, para a produção de alimentos e para atender a demanda histórica de cerca de cinco milhões de famílias sem terra.

Em muitas regiões do país, o aumento da produção de etanol tem causado a expulsão de camponeses de suas terras e gerado dependência da chamada “economia da cana”, onde existem somente empregos precários nos canaviais. O monopólio da terra pelos usineiros gera desemprego em outros setores econômicos, estimulando a migração e a submissão de trabalhadores a condições degradantes.

Apesar da propaganda de “eficiência”, a indústria de agroenergia está baseada na exploração de mão-de-obra barata e até mesmo escrava. Os trabalhadores são remunerados por quantidade de cana cortada e não por horas trabalhadas. No estado de São Paulo, maior produtor do país, a meta de cada trabalhador é cortar entre 10 e 15 toneladas de cana por dia. Entre 2005 e 2006 foram registradas 17 mortes de trabalhadores por exaustão no corte da cana. Esse padrão de exploração está presente na indústria da cana em toda a América Latina e agora deve se expandir sob o falso argumento de que representa uma fonte de energia “renovável”.

Durante a chamada “crise do petróleo”, na década de 70, o Brasil passou a desenvolver tecnologia para a produção de etanol. Naquele período, o projeto denominado Pró-Álcool” foi combatido por empresas petroleiras, inclusive pela Petrobrás. Atualmente a situação se inverteu, pois empresas petroleiras vêem com grande interesse a possibilidade de lucrar com a distribuição de agrocombustíveis. Há ainda a participação de empresas automotoras no setor, que já prevêem o aumento das vendas de veículos “flex”, movidos tanto a gasolina como etanol.

A expansão da produção de agroenergia é também de grande interesse para empresas de organismos geneticamente modificados como Monsanto, Syngenta, Dupont, Dow, Basf e Bayer, que esperam obter maior aceitação do público se difundirem os produtos transgênicos como fontes de energia “limpa”. No Brasil, a empresa Votorantin tem desenvolvido tecnologia para a produção de cana transgênica para a produção de etanol. Muitas dessas empresas passaram a desenvolver tipos de culturas não comestíveis, somente para a produção de agroenergia. Como não há meios de evitar a contaminação dos transgênicos em lavouras nativas, essa prática coloca em risco a produção de alimentos.

A expansão da produção de agrocombustíveis coloca em risco a soberania alimentar e pode agravar o problema da fome no mundo. No México, por exemplo, o aumento das exportações de milho para abastecer o mercado de etanol nos Estados Unidos causou um aumento de 400% no preço do produto, que é a principal fonte de alimento da população.

Experiências de produção de matéria prima para agroenergia por pequenos agricultores demonstraram o risco de dependência a grandes empresas agrícolas, que controlam os preços, o processamento e a distribuição da produção. Os camponeses são utilizados para dar legitimidade ao agronegócio, através da distribuição de certificados de “combustível social”.

Este modelo causa impactos negativos em comunidades camponesas, ribeirinhas, indígenas e quilombolas, que têm seus territórios ameaçados pela constante expansão do capital. Além disso, a falta de uma política de apoio à produção de alimentos pode levar camponeses a substituir seus cultivos por agrocombustíveis e, com isso, comprometer a soberania alimentar. No Brasil, os pequenos e médios agricultores são responsáveis por 70% da produção de alimentos para o mercado interno.

Historicamente, a rebeldia camponesa contra o avanço do capital no meio rural tem garantido a alimentação de nossos povos. Grandes multinacionais disputam o controle de recursos naturais como terra, água e biodiversidade, o que coloca em risco a identidade camponesa e até mesmo a sobrevivência de nossas sociedades. Portanto, o que está em jogo é o enfrentamento a um modelo colonial, com todas as características próprias da colonização—predatória, destrutiva, exploradora, violenta.

Esta é a verdadeira face da indústria da agroenergia, controlada pelas mesmas empresas petrolíferas, automotivas e agrícolas que destroem as florestas e poluem o meio ambiente. Sob o pretexto de criar a nova “civilização da fotossíntese” ou dos supostos benefícios de uma nova matriz baseada na agroenergia, grandes transnacionais e elites locais procuram expandir seu monopólio em nossos territórios.

(Artículo publicado por ALAI) <http://alainet.org>